

Jornalistas, assédios e violências nos ambientes digital e físico: o cenário brasileiro

Daniela Oswald Ramos
Elizabeth Nicolau Saad Corrêa

Resumo:

Assédios e violências contra o jornalismo e seus profissionais têm sido uma constante na sociedade brasileira. A evolução destes processos e a própria transformação dos atores sociais se altera com a digitalização, eventos político-eleitorais e crise pandêmica. Objetivamos apresentar um olhar exploratório-analítico de como vem ocorrendo a violência contra jornalistas brasileiros entre 2020 e 2021, momento central de tais ocorrências. O construto conceitual parte das abordagens sobre o fazer jornalístico na esfera pública digitalizada com base em Burgess e Hurcombe (2019), e dos aspectos focados nas abordagens sociológicas da violência a partir de Cano Busquets (2019) e Galtung (1969; 1990). A pesquisa exploratória quantitativa e qualitativa resulta de um processo de triangulação constituído com o construto teórico-conceitual pelos dados produzidos por fontes legitimadas: FENAJ, ABRAJI e Repórteres Sem Fronteiras, e por um levantamento de registros sobre violência a jornalistas via *Google*.

Palavras-chave: Jornalismo. Esfera pública. Violência.

Journalists, harassment and violence in the digital and physical environments: the Brazilian landscape

Abstract:

Harassment and violence against journalism and journalists have been a constant feature of Brazilian society. The evolution of these processes and the transformation of social actors takes on significant dimensions with digitalization and with political-electoral and pandemic crisis events. We aim to present an exploratory-analytical look at how violence against Brazilian journalists has been occurring between 2020 and 2021, the central moment of such occurrences. The conceptual construct starts from the approaches to journalistic practice in the digitalized public sphere based on Burgess and Hurcombe (2019), and from aspects focused on the sociological approaches to violence based on Cano Busquets (2019) and Galtung (1969, 1990). Exploratory, quantitative and qualitative research results from a triangulation process constituted by the theoretical-conceptual construct, for data produced by legitimate sources: FENAJ, ABRAJI, Reporters Without Borders, and a survey of records on violence against journalists via Google Alerts.

Keywords: Journalism. Public sphere. Violence.

DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2022.83476>

Recebido em: 20.08.21
Aprovado em: 30.06.22

Daniela Oswald Ramos

Professora do Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da mesma unidade.

E-mail: dosvald@gmail.com

Elizabeth Nicolau Saad Corrêa

Professora Titular do Departamento de Jornalismo e Edição da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da mesma unidade

E-mail: bethsaad@gmail.com

Estudos em Jornalismo e Mídia
v. 19, n. 2, jul./dez. 2022.
ISSNe 1984-6924



Introdução e problematização

Os processos e ocorrências de violências contra jornalistas não são novos. Desde os primórdios, quando a imprensa assume seu papel de reportar os acontecimentos e instrumentalizar a opinião pública por meio de contextualizações e olhares editoriais, as reações da sociedade tem ocorrido ao sabor dos cenários político-sociais vigentes. No Brasil, um ano antes da declaração de sua independência de Portugal, em 1821, começou a circular o Diário Constitucional, que, dirigido por brasileiros, era uma franca oposição ao domínio português (JORGE, 2020, p. 27-29). Ele relata uma sucessão de perseguições, atentados, empastelamento de redações, bombas em sedes de jornais, que resumimos numa breve linha do tempo: a ameaça constante ao jornalista Cipriano José Barata de Almeida, conhecido como “Baratinha”; o jornalista Frei Caneca, executado em 1825; as ações do presidente eleito Hermes da Fonseca (1910-1914), na Primeira República, de notória perseguição à ebulição jornalística em São Paulo; as truculências cometidas contra jornalistas e jornais durante o governo da junta provisória de 1930 ao Estado Novo, no período Getúlio Vargas (1937-1946); o clima de perigo constante, que não arrefeceu no breve período democrático entre Juscelino Kubitschek e João Goulart (1956-1964); a Ditadura Militar (1964-1984), que notoriamente produziu mecanismos de perseguição, prisão, tortura e morte de jornalistas. Finalmente, durante a redemocratização até os dias de hoje (1984-2021), assassinatos e intimidações a jornalistas continuam a ser registrados. Trata-se de um processo recorrente, evidenciando que a violência contra jornalistas no Brasil nunca deixou de se perpetuar.

E não é diferente na atualidade, quando a digitalização ganha protagonismo social sem qualquer distinção de grupos e ideários. Da mesma forma que o jornalismo e respectivos veículos midiáticos possuem maior alcance e visibilidade, produtores de conteúdo não jornalísticos exercem a contestação de acontecimentos produzidos pela mídia legítima por meio da disseminação de desinformação, assédios, agressões e violências contra jornalistas e também contra os veículos midiáticos, como relatado por Sakamoto (2019), Rios e Bronosky (2019), Seabra (2020), Mello (2020) e Lelo (2021). Podemos dizer que estas violências, neste cenário, descritas por estes autores, ganham em escala, volume e velocidade. A crise global SARS-COV19 acelerou de forma exponencial o embate jornalismo-desinformação-assédios devido ao significativo aumento de visibilidade e audiência dos meios jornalísticos digitalizados. O *Digital News Report 2020*, publicado pelo *Reuters Institute for the Study of Journalism* aponta expressivo aumento de audiência na mídia de legado (NEWMAN et al, 2020).

Optamos, aqui, por estreitar o foco para o cenário de como estes processos de assédio e violência contra jornalistas brasileiros são noticiados e apresentados nos resultados de busca no Google. Como discutiremos mais adiante, tais violências acontecem nos meios digitais, mas também repercutem no ambiente físico. Procuramos identificar seus principais atores, num período de recrudescimento dos ataques desde o momento pré-eleitoral de 2018 até o início de 2021 em plena desinformação pandêmica. O recorte deste período justifica-se pelos dados de 2020 do relatório da FENAJ – Federação Nacional de Jornalistas:

O ano de 2020 foi o mais violento para os jornalistas brasileiros, desde o início da série histórica dos registros dos ataques à liberdade de imprensa feitos pela FENAJ, iniciada na década de 1990. Foram 428 casos de violência, 105,77% a mais que o já alarmante número de 208 ocorrências, registradas em 2019. (FENAJ, 2021, p. 4)

Utilizamos a terminologia da FENAJ para classificar nossos dados: agressões verbais, ameaças e intimidações via meios digitais, uso de robôs e algoritmos para alavancar ataques cibernéticos, agressões físicas, impedimentos ao exercício

profissional, ameaças judiciais da liberdade de imprensa e expressão.

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 podem ser consideradas um marco importante relacionado às plataformas sociais digitais, funcionando como fortes gatilhos de um complexo cenário social envolvendo opinião pública, mídia e política. As plataformas, especialmente *Facebook*, *Twitter* e o *YouTube*, tornaram-se canais de disseminação ampliados de uma arena polarizada até os dias atuais. Neste artigo, não abordaremos especificamente estas plataformas e suas expressões de sentimentos e polarizações. Focamos na repercussão de todo o cenário registrada por meio de URLs que circulam na ambiência *Google*. Estes dados nos dão a possibilidade de iniciar uma tipologia da violência contra jornalistas no Brasil contemporâneo de modo a entender as singularidades deste fenômeno nacional.

Segundo Pariser (2011, p. 135-145), o meio digital tende a reforçar a relação de homofilia, criando condições sociotécnicas para a formação de *clusters* ideológicos em que as pessoas compartilham o mesmo ponto de vista, aprimorado por bolhas algorítmicas que favorecem as "câmaras de eco", nas quais os usuários têm pouco (ou nenhum contato) com outras visões ideológicas diferentes das suas ou quaisquer outras fontes alternativas de informação. O cenário brasileiro não é um caso isolado, corre na esteira de eventos anteriores nas duas primeiras décadas do século XXI, como a eleição de Trump, Brexit e movimentos sociais como Primavera Árabe, Indignados, *Ocuppy*, todos eles já objetos de estudos acadêmicos.

Adicionam-se a tal cenário as ocorrências emergidas na pandemia que catalisaram um sentido coletivo pré-existente de violência contra a mídia por parte do Governo Federal e, simultaneamente, uma ampliação da audiência dos veículos midiáticos legitimados. Uma polarização instalada com enorme potencial de dirigir-se ao jornalismo e a jornalistas como "agentes" do momento complexo.

Com isso, objetivamos apresentar um olhar exploratório-analítico de como vem ocorrendo a violência contra jornalistas brasileiros entre 2020 e 2021. Propomos para o presente texto as seguintes questões:

Q1: Como estas violências se desenvolveram, como e por quem foram noticiadas?

Q2: Quais são as singularidades das ocorrências de violência contra jornalistas no Brasil?

Abordagem teórica

O construto conceitual adotado parte das abordagens sobre o fazer jornalístico na esfera pública digitalizada e dos aspectos das abordagens sociológicas da violência a partir de Cano Busquets (2019), que utiliza a tipologia da violência de Galtung (1969; 1990). Com isso, buscamos entender a configuração social da violência contra jornalistas no Brasil.

As violências contra jornalistas no Brasil estão contextualizadas no fato de que fazer jornalismo e ser jornalista numa sociedade platformizada tornou-se uma tarefa complexa de equilíbrio de forças entre os princípios basilares jornalísticos para preservar os fatos e moldar a opinião pública, as mudanças na configuração de uma esfera pública automatizada (PASQUALE, 2017) e respectivo entendimento e relacionamento com o experiente e opinativo público digital; a lógica e as possibilidades das plataformas sociais baseadas na modulação algorítmica (SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2018); os formatos narrativos contextualizados e estendidos que lidam com dados e IA; e o contexto social em uma mudança contínua que promove diferentes climas emocionais como polarização, discurso de ódio e desinformação.

Segundo Burgess e Hurcombe (2019, p. 360),

[...] o jornalismo digital é hoje centro de atenções das ciências sociais, humanidades e até das disciplinas de ciência e tecnologia – desde a comunicação política por meio da sociologia, das mídias digitais e das ciências da comunicação, até as novas formações transdisciplinares em torno da ciência de dados e do aprendizado de máquina.

Pensar jornalismo diante das forças citadas é entendê-lo sob uma visão sociológica e em novos formatos de “notícias sociais”. É também ter jornalistas não apenas com esta visão ampliada, mas também com habilidades para lidar com o público, robôs e algoritmos e, eventualmente, violência digital e física de vários tipos. Ao mesmo tempo, Burgess e Hurcombe indicam uma práxis que vivencia paradoxos – fazer jornalismo digital inserido nas estruturas de negócios de mídia que ainda estão ancoradas em um processo industrial de produção que, por si só, complexifica a relação do jornalista com a sociedade e com o papel de atores sociais que interagem com plataformas, análise de dados e processos algorítmicos.

Assim, a esfera pública digitalizada cria mais uma camada no processo jornalístico, a interveniência algorítmica das plataformas sociais no agendamento noticioso, automatizando e tendenciando o fluxo informativo conforme critérios e interesses privados. Recorremos a Gillespie (2014, p. 2-3) para compreender o cenário. O autor apresenta seis dimensões de relevância pública determinada por algoritmos que podem ter ramificações políticas, ou seja, o efeito destas dimensões pode desviar o conteúdo e a atenção de um indivíduo ou de uma instituição, seja ela pública ou privada, para uma outra esfera de valores (e de visibilidade) que não a proposta originalmente quando da publicação do conteúdo pelo veículo informativo:

1. Padrões de inclusão: as opções de programação que tornam o algoritmo um produtor de índice; o que está excluído desse índice e como os dados são preparados para o algoritmo;

2. Ciclos de antecipação: as implicações das tentativas dos provedores de algoritmos de conhecerem e preverem a interação dos seus usuários, e como as conclusões deles agem sobre o design dos algoritmos e como este design importa;

3. A avaliação da relevância: os critérios pelos quais os algoritmos determinam o que é relevante, como esses critérios são obscuros e como eles implementam escolhas políticas sobre conhecimento apropriado e legítimo;

4. Promessa da objetividade do algoritmo: a maneira como o caráter técnico do algoritmo está posicionada como uma garantia de imparcialidade, e como essa afirmação é mantida no cerne de uma controvérsia;

5. Emaranhamento com a prática: como os usuários remodelam suas práticas de acordo com os algoritmos dos quais eles dependem, e como eles podem transformar algoritmos em terrenos para competição política, às vezes até mesmo para interrogar a política do próprio algoritmo;

6. A produção de públicos calculáveis: como a produção e apresentação do público pelo algoritmo molda e é devolvida a estes mesmos públicos como percepção coletiva de grupo, e quem está mais bem posicionado para se beneficiar deste conhecimento. (GILLESPIE, 2014, p. 2-3)

Especialmente após a pandemia a publicização da esfera pública (GOMES; MAIA, 2008, p. 135) é mediada por algoritmos, que provocam cenários a partir destas seis dimensões propostas por Gillespie. A violência contra jornalistas, nesta esfera pública digital, se reorganiza a partir desta mediação, como por exemplo, os detratores da Rede Globo quando usam a *hashtag* #globolixo no *Twitter*, uma das 30 mais utilizadas por grupos de apoio ao presidente brasileiro no período de 1 de janeiro a 15 de março de 2020 (KALIL; SANTINI, 2021, p. 9). O uso constante deste tipo de *hashtag*, de ódio a uma empresa jornalística, é calculado para a mobilização de detratores, ou seja, produz um público calculado para um determinado fim, e se emaranham com a prática de assédio digital mediado pelo algoritmo.

Outros exemplos de reorganização da violência contra jornalistas na esfera pública digital brasileira são relatados por Sakamoto (2019) e Mello (2020), em entrevistas realizadas pelas autoras com estes dois jornalistas em outubro de 2019. Os dois jornalistas foram nominalmente citados no relatório anual da FENAJ em 2018 sobre violência contra jornalistas e liberdade de expressão no Brasil (FENAJ, 2018, p. 33-34), ano eleitoral. No caso de Campos Mello não foi diferente do que relata também Koirala (2020, p. 51), em estudo de caso de violência digital contra jornalistas mulheres no Nepal, que a partir de 48 entrevistas com profissionais naquele país, relata que a natureza da agressão é sexista, com comentários sobre a aparência física das mulheres, o gênero e agressões sexuais, o que é confirmado pelo relato de assédio de Campos Mello e de outras jornalistas brasileiras (MELLO, 2020).

Já Sakamoto (2019, n. p.) relata que “a violência física, no meu caso, veio claramente da violência digital”, identificando a influência da esfera pública digital no ambiente físico. As plataformas sociais digitais favorecem uma “cauda longa de difamação e uma cauda longa de violência digital”, disse também, aludindo à teoria de Chris Anderson (2017) da internet sobre a “cauda longa”.

Jornalistas como atores sociais (e analistas) atuam em um ambiente vulnerável, onde ataques pessoais, expressões de violência e assédio podem se tornar reais e tangíveis, não apenas no ciberespaço, mas também fisicamente. Blotta (2016, p. 10-11) argumenta que a complexificação do fenômeno da violência contra jornalistas reflete uma esfera pública tomada pela invasão de discursos políticos econômicos sobre narrativas sociais e morais:

O diagnóstico brasileiro feito aqui demonstra que, embora a maioria dos comunicadores do país sofra a violência das pressões políticas cotidianas e do mercado, para alguns jornalistas e outros comunicadores independentes, especialmente em cidades pequenas e longe dos centros econômicos, essas violências são uma espécie de “matar ou ser morto”, simbólica ou fisicamente. A violência de agentes policiais e políticos que atuam em um estado autoritário aumenta os de uma sociedade brutalizada. Nesse contexto, não apenas jornalistas independentes, mas também profissionais de veículos de grande porte tornam-se alvos de grupos que os veem como a personificação de interesses opostos aos seus.

Para entender o fenômeno da violência contra jornalistas e sua liberdade de expressão, precisamos considerar, ainda, uma perspectiva relacionada aos direitos e liberdade das comunicações e, outra, a do jornalista como um sujeito, ser humano do mundo contemporâneo. Blotta (2016) entende a violência contra jornalistas como uma tripla violação: aos direitos individuais e à liberdade da prática profissional dos jornalistas, aos direitos de visibilidade de fatos e eventos relatados e aos direitos do público e audiência a serem informados. Se não forem detectadas adequadamente, esses tipos de violência podem produzir invisibilidades que ficam a serviço de reduzir a consciência social e as políticas sociais sobre elas. Similarmente, as pesquisas de Mesquita e Lima Santos (2020) também confirmam os achados de Blotta e indicam que as esferas de (in)segurança de jornalistas passam pelos ambientes legal, físico e digital.

Para nos aprofundarmos no que produz estas esferas de (in)segurança, recorreremos então a Cano Busquets (2019, p. 129), que em extensa pesquisa sobre a violência contra jornalistas na Colômbia, afirma que:

A construção de tipologias também indica a determinação de possíveis abordagens para tratar a questão. Por exemplo, se a intenção que prevalece é estabelecer uma configuração social do fenômeno, ou se o que prevalece é um olhar para o indivíduo ou manifestações específicas.¹

Em nosso estudo, referenciando-nos em Cano Busquets (2019), iremos to-

¹ Original em espanhol. Tradução livre do autor.

mar por base o recorte tipológico das violências de Johan Galtung (1969, 1990). O autor propõe analisar registros de violência social a partir de dois vetores que se entrecruzam – o pessoal e o estrutural, assentados na existência (ou não) de “objetos”, aqui entendidos como focos materiais ou imateriais alvos de violência.

Galtung (1969, p. 176) desenvolve sua tipologia numa lógica de desdobramentos entre vetores e objetos. Assim, temos num primeiro nível os vetores de violência deliberada e não deliberada; violência manifesta e violência latente; num segundo nível, o deliberado e o manifesto podem ocorrer por meio dos vetores de violência pessoal física e/ou psicológica, e de violência estrutural física e/ou psicológica; num terceiro nível, o pessoal e o estrutural podem estar dirigidos a um objeto específico ou não.

O autor (GALTUNG, 1990, p. 291-305) avança em seu diagrama inicial e propõe a violência cultural que emerge quando processos deliberados, manifestos e estruturais ocorrem simultaneamente no tecido social, indicando um status de enraizamento comportamental violento (podendo ser físico e/ou psicológico) para com objetos – indivíduos, instituições, organizações, informações, acontecimentos e ideologias, entre outros – que manifestam o contraditório ao *status-quo* vigente.

O conjunto autoral até aqui apresentado dá sustentação para um enquadramento do fazer jornalístico na esfera pública digitalizada mediado por uma combinação de fatores – algoritmização, restrições diversas à liberdade de expressão e, no Brasil, um contínuo, latente e histórico processo de violências, assédios e agressões verbais e físicas. Em suma, um panorama complexo e limitador ao exercício da práxis e à sua legitimação.

Método

Assumimos uma abordagem multi-metodológica para análise dos dados coletados, cuja estrutura epistêmica é sustentada pelas abordagens teóricas aqui relatadas. Realizamos uma pesquisa exploratória, quantitativa e qualitativa para entender o cenário brasileiro de violência contra jornalistas dentro do sistema de ecologia digital que se se formou no período em análise.

Consideramos como premissas: 1) o período pré e pós eleições presidenciais de 2018 estabeleceu um padrão para polarização e expressões de ódio contra jornalistas e meios de comunicação até os dias atuais sem, contudo, ignorar ações anteriores que ocorriam de forma menos estruturada; 2) A maioria dos casos de violência tem seus vetores de disseminação a partir de cidadãos comuns, com uma opção ideológica radical de simpatizantes tanto da direita quanto da esquerda, o que Wiewiorka (2009, p. 44, 159) denomina como quarta dimensão contemporânea da violência, a violência a partir do sujeito.

Os dados analisados resultam de um processo de triangulação de informações e indicadores, cotejados às nossas questões de pesquisa, assim constituído: a) o construto teórico-conceitual; b) os dados produzidos por fontes legitimadas: FENAJ, Federação Nacional de Jornalistas, ABRAJI, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, e RSF - Repórteres Sem Fronteiras; c) levantamento de registros sobre violência a jornalistas, considerando o período em foco.

Realizamos o levantamento dos registros por meio da ferramenta de busca do *Google*, configurada com palavras-chave que refletem a caracterização de violências indicadas pelo construto teórico e pelas pesquisas institucionais: censura imprensa; violência imprensa; ataque imprensa; ataque repórter; insulta repórter; violência repórter; repórter agredido; ataque jornalista.

O registro das notícias em veículos midiáticos foi agrupado nas categorias de Cano Busquets e Galtung e cotejados às categorizações utilizadas pela FENAJ, RSF e ABRAJI para a indicação de um padrão de violência contra jornalistas no

Brasil no período recente. A opção pelo *Google* em detrimento a formas mais convencionais já utilizadas em outras pesquisas de referência, como o *Twitter* e *hashtags* especialmente, se deu pela proposta de uma nova angulação que pudesse fornecer indícios e percepções pouco discutidas.

Importante ressaltar que o método algorítmico do *Google* não rastreia diretamente postagens das plataformas sociais *Twitter* e *Facebook*. Entendemos que, com tal delimitação, o *Google* reflete uma ambiência algoritmizada da esfera pública digital a partir de endereços web que gravitam na rede, cujo conteúdo é produzido pela fonte detentora destes endereços. Os conteúdos postados nas plataformas sociais, e não rastreados pelo *Google*, são entendidos como conteúdos gerados pelos usuários (CGU), portanto, com uma outra perspectiva analítica não abordada no presente estudo. Assim, nossa opção metodológica pretende indicar, principalmente, como a modulação algorítmica de um espaço privado detecta registros de fontes formais sobre os acontecimentos.

Por último, todo conteúdo de análise resultante da triangulação abre uma perspectiva cartográfica do cenário, para além de métricas descontextualizadas, oferecendo um olhar mais etnográfico para nossas discussões.

Descrição do cenário a partir dos dados

A principal questão de pesquisa deste estudo refere-se à caracterização de violência contra jornalistas para, posteriormente, inferir singularidades do cenário brasileiro. Os relatórios institucionais indicam consistências de registros e ocorrências mesmo com respectivas diferenças metodológicas.

O Índice do RSF, coletado desde 2013, indica que o Brasil vem registrando sucessivas quedas como país com mais ameaças a jornalistas, ocupando em 2021 o 111º lugar no ranking de 180 países, adentrando a zona “vermelha” de países com maior risco. Segundo o RSF (2021, n. p.):

O trabalho da imprensa brasileira tornou-se especialmente complexo desde que Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018. Insultos, difamação, estigmatização e humilhação de jornalistas passaram a ser a marca registrada do presidente brasileiro. Qualquer revelação da mídia que ameace os seus interesses ou de seu governo desencadeia uma nova rodada de ataques verbais violentos, que fomentam um clima de ódio e desconfiança em relação aos jornalistas no Brasil.

O sistema da ABRAJI, denominado *Projeto CTRL-X*, monitora em tempo real as fontes do sistema judiciário brasileiro com registros de ações e processos contra jornalistas e empresas de mídia. Pudemos constatar que em abril de 2021 (ABRAJI, 2021, n. p.), com dados acumulados desde 2014, existiam por volta de cinco mil processos ativos, tendo por autores, pela ordem, o Ministério Público Federal, o governador do Estado do Amazonas, o partido MDB e o presidente Jair Bolsonaro. Destes processos 77% alegavam difamações por parte dos jornalistas, 35% de violações à legislação eleitoral e 7% violações à privacidade. Os formatos midiáticos de sustentação à ação foram prioritariamente textos e vídeos produzidos por jornalistas e/ou empresas de mídia (70%).

Os relatórios anuais da FENAJ indicam que desde 2018 vem ocorrendo um agravamento sistemático à liberdade de imprensa e aos profissionais do jornalismo:

O presidente Jair Bolsonaro, mais uma vez, foi o principal agressor. Sozinho foi responsável por 175 casos (40,89% do total): 145 ataques genéricos e generalizados a veículos de comunicação e a jornalistas, 26 casos de agressões verbais, um caso de ameaça direta a jornalistas, uma ameaça à TV Globo e dois ataques à FENAJ. (FENAJ, 2021, p. 4)

A tipologia dos ataques detectados pela FENAJ concentra-se na descredibilização da imprensa – 132 casos em 2020 e 114 em 2019; em censura de conteúdos – 85 casos em 2020, em 2019 não detectado; agressões verbais e ataques virtuais – 76 casos em 2020 e 21 em 2019. Os autores dos ataques dividem-se entre representantes de Estado de diferentes níveis, em torno de 75%. Cidadãos comuns não identificados são 25%.

Este primeiro conjunto de informações produzidas pelos relatórios institucionais, a despeito das diferenças metodológicas, já indica um padrão: a autoria principal ocorre pela Presidência da República apoiada por outros órgãos por ela controlados; a tipologia dos ataques é primordialmente verbal de conteúdo difamatório e que visa minar a credibilidade da imprensa; dirigem-se a profissionais vinculados a veículos midiáticos clássicos (jornal e TV); e denota-se o surgimento da figura do “cidadão comum” com um segundo conjunto de promotores de ataques.

Retomando a tipologia dimensional de Galtung (1969, p. 173), identificamos um tipo de violência que se caracteriza como intencional, manifesta, pessoal e estrutural ao mesmo tempo, já que ataca indivíduos, mas também a instituição jornalística como um todo. Sendo pessoal e estrutural, se caracteriza, em sua maioria, como violência psicológica, pois se manifesta por agressões verbais; no entanto, em alguns casos, pode ser física. E, finalmente, o tipo de violência é direcionada a objetos específicos (jornalistas).

O levantamento realizado por meio do *Google* nos meses de dezembro de 2020, fevereiro e abril de 2021 apresenta dados similares. O conteúdo de 71 registros foi categorizado pelo tipo de violência conforme indicado em parágrafos anteriores, a plataforma que registrou o conteúdo, mídia hegemônica, mídia independente, mídia regional, e outros veículos agregando links não vinculados à imprensa. Cada categoria foi analisada para indicar se a violência ocorreu de forma presencial ou nas redes, além da identificação do sujeito perpetrador da mesma.

Os dados foram separados para os meses coletados de 2020 e aqueles de 2021 e constatamos um recrudescimento do cenário em poucos meses.

O registro de acontecimentos violentos foi mais noticiado pela mídia tradicional – 57,1%, seguidos pela mídia regional e pelos sites independentes. Denota-se com isso um esforço propositivo do “falar de si” como meio de informar a sociedade sobre um tema que atinge a todos e que cerceia as liberdades de opinião e de informação. Ao mesmo tempo, podemos inferir que os registros do “falar de si”, recorrentes em nossa amostra, também são indicadores de um processo de violência cultural já enraizada na sociedade brasileira.

As agressões verbais têm expressiva presença nos registros com 47,8% dos mesmos e, se associadas também às agressões físicas, aparecem em quase todos os registros pesquisados. Nesta categoria ocorrem as difamações, xingamentos e ofensas contra o profissional.

Ocorreu um significativo aumento nos registros de censura à atividade jornalística expressados principalmente pela judicialização de acusações por parte de autores. Ao longo de todo o período monitorado verificamos que as autorias das agressões são feitas pelas representações de governo, aí incluídas a presidência da República, e pelo cidadão comum. A modalidade de censura, e, portanto, de restrição à liberdade de expressão, corrobora com os dados da ABRAJI e dos estudos realizados por Blotta.

Os relatórios institucionais apontam que o Presidente da República protagonizou os ataques em 2020 coincidindo com o monitoramento que realizamos nos registros do *Google*. O monitoramento indicou, ainda, que padrões de violência contra jornalistas a partir do cidadão comum vem aumentando desde 2020 (50%) para 52,4% em 2021. Pudemos constatar que os ataques são, em sua maioria, verbais e/ou associados aos físicos, dirigidos a jornalistas com razoável visibilidade

por sua atuação nos meios TV e impresso de marcas hegemônicas, denotando que a práxis no meio *full digital*, por não visibilizar a imagem associada do jornalista, possui algo de maior proteção. Novamente, temos aqui a inferência de um cenário estabelecido de violência cultural. O monitoramento via *Google* reflete uma esfera pública automatizada por algoritmos, remetendo-nos às propostas de Gillespie (2014) e à seletividade informativa que tal automatização gera, constatação a ser retomada nas considerações finais.

Fechando a triangulação de fontes é possível inferir que desde o período pré-eleitoral de 2018 assistimos a uma maior personalização da violência a partir do cidadão. Um fato novo no padrão histórico de violência contra jornalistas no Brasil, como discutido na introdução, e que ocorre desde antes da independência de Portugal como relatado por Jorge (2020), sempre a partir do mando de membros da então corte real, políticos influentes, membros da elite em geral, e, depois, pelos militares na ditadura, é a mobilização espontânea do cidadão comum que, por iniciativa própria, comete atos de violência contra jornalistas. Além destes dados confirmarem a tipologia da violência contra jornalistas indicada pelos relatórios oficiais, sugere que estamos entrando em um novo ciclo de violência contra jornalistas no Brasil, que se caracteriza por ser direta, estrutural e cultural.

Considerações e reflexões

Respondendo às nossas perguntas de pesquisa, podemos concluir que a violência: a) escalou em volume a partir de 2018 e ampliou-se nos anos de 2020 e 2021; b) passou a ser noticiada por veículos da grande mídia, nacionalmente, pautadas por critérios editoriais de cada veículo; c) ocorre intensamente nas plataformas digitais, verbalmente, mas também no ambiente físico associadas a ataques verbais, podendo se caracterizar como manifestação de violência direta, contra o indivíduo, também no ambiente físico; d) por terem sido perpetradas por membros de instituições políticas, são estruturais e, ao mesmo tempo diretas, pois caracterizam-se como violência cultural, seguindo a tipologia de Galtung (1969; 1990), também utilizada por Cano Busquets (2019) na pesquisa da configuração do mesmo fenômeno na Colômbia.

A evidência das formas de violência tipificadas por Galtung propõe uma leitura do cenário brasileiro por meio de como ela opera nas dimensões de Gillespie (2014). Embora não seja a proposta deste estudo, abre-se a possibilidade de discutir, ainda que preliminar e conceitualmente, o impacto do comportamento algorítmico, que hoje predomina na rede, na construção de uma opinião pública que associa jornalistas, veículos jornalísticos e respectivas produções a um contexto cultural de deslegitimação da profissão, à produção de desinformação e à criação de bolhas sociais polarizadas.

A persistente constatação, indicadas pelos dados, de que existe um vetor de nossa sociedade, notadamente a Presidência da República e Governo Federal, atuando como protagonistas de manifestações de violência traz à discussão a relevância pública da ação algorítmica. A contínua alimentação do tecido social e, por consequência das redes digitais, com conteúdos e discursos de controvérsia faz com que sua intensidade e volume impactem a produção de sentido e a opinião pública. Intensificam-se, ainda como inferência, as dimensões de construção de ciclos de antecipação para a criação de um fluxo contínuo de violência; o emaranhamento de um “senso violento” contra o jornalismo como prática social e cultural; e o uso de modulação algorítmica para a geração de públicos calculados que acirram o espectro das violências.

Como singularidade da violência contra jornalistas no Brasil, e em resposta à nossa segunda questão de pesquisa, ressaltamos a introdução do cidadão civil como sujeito perpetrador. Este ator social configura uma nova dimensão na socio-

logia da violência, como elaborou Wieviorka (1997), com sua tese sobre a violência a partir do sujeito como nova dimensão da violência², que surge no contexto europeu nos anos 90, especialmente em relação ao terrorismo e racismo, e que apresenta-se como uma hipótese a ser explorada e aprofundada em pesquisas futuras, já que pelos nossos resultados confirmamos que o sujeito que comete esta violência é, em sua maioria, o cidadão comum, seguido pelo governo e então pela polícia.

Por último, registramos que a limitação desta pesquisa é a não consideração, nesta primeira abordagem ao tema, de um maior detalhamento de agressões advindas das plataformas digitais de mídias sociais, o que potencialmente se relaciona com a segurança de jornalistas. Conforme propusemos anteriormente, este estudo abre perspectivas para seu aprofundamento com uma abordagem longitudinal e contínua, contribuindo para compreender e buscar encaminhamentos sobre assédios e violências contra jornalistas e veículos de imprensa no Brasil.

Referências Bibliográficas

ABRAJI. **Projeto CTRL-X**. Disponível em: <https://www.ctrlx.org.br/#/infografico>. Acesso em: 9 jul. 2021.

ANDERSON, C. **A cauda longa**. São Paulo: Editora Actual, 2017.

BLOTTA, V. Brasil: a mordida do ouroboro. **Infoamérica: Iberoamerican Communication Review**, Rioja, n. 10, p. 9-21, 2016.

BURGESS, J.; HURCOMBE, E. Digital Journalism as Symptom, Response, and Agent of Change in the Platformed Media Environment. **Digital Journalism**, v. 7, n. 3, p. 359-367, 2019.

CANO BUSQUETS, M. **Violencia contra los periodistas: Configuración del fenómeno, metodologías y mecanismos de intervención de organizaciones internacionales de defensa de la libertad de expresión**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2019.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e Liberdade de imprensa no Brasil**. Brasília: Ed. FENAJ, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/yeqfsnfj>. Acesso em: 2 jul. 2021.

GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, sep. 1969.

GALTUNG, J. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, aug. 1990.

GILLESPIE, T. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, T.; BOCZKOWSKI, P.; FOOT, K. (ed.). **Media Technologies: Essays on Communication, Materiality, and Society**. Cambridge: MIT Press, 2014.

GOMES, W.; MAIA, R. **Comunicação e democracia: Problemas & Perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

JORGE, F. **Cale a boca, jornalista!:** O ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira. São Paulo: Novo século, 2020. 484 p.

KALIL, I.; SANTINI, R. M. **Coronavírus, Pandemia, Infodemia e Política**. Rela-

² Wieviorka (1997, p. 15) aponta os outros três níveis: o sistema internacional, os Estados e mutações sociais.

tório de pesquisa. São Paulo/ Rio de Janeiro: FESPSP/ UFRJ, 2020.

KOIRALA, S. Female Journalists' Experience of Online Harassment: A Case Study of Nepal. **Media and Communication**, Lisbon, v. 8, n. 1, p. 47-56, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17645/mac.v8i1.2541>. Disponível em: <https://www.cogitatio.press.com/mediaandcommunication/article/view/2541>. Acesso em: 9 jul. 2022.

LELO, T. V. A naturalização do assédio moral no jornalismo digital. **Media & Jornalismo**, Coimbra, v. 21, n. 38, p. 207-221, 2021. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_38_10. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/8858>. Acesso em: 9 jul. 2022.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MESQUITA, L.; LIMA SANTOS, M. Approaches of resistance and resilience for investigative journalism in Latin America. **6th International Conference on the Safety of Journalists – Risks, Resistance, Resilience**. Oslo: OsloMet, 2020.

NEWMAN, N.; FLETCHER, R.; SCHULZ, A.; ANDI, S.; NIELSEN, R. K. **Digital News Report 2020**. Londres: Reuters Institute for Study of Journalism, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3n1LE27>. Acesso em: 6 jun. 2021.

PARISER, E. **The Filter Bubble**. New York: The Penguin Press, 2011.

PASQUALE, F. The automated Public Sphere. **The Social Science Research Network Electronic Paper Collection**. 2017. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=3067552>. Acesso em: 22 abr. 2021.

RIOS, A; BRONOSKY, M. E. Violências contra jornalistas, ameaça à sociedade. **Mosaico**, v.11, n. 17, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12660/rm.v11n17.2019.81064>. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/81064>. Acesso em: 22 abr. 2021.

RSF - REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2021**: vacina contra a desinformação, o jornalismo segue cerceado em mais de 130 países. Disponível em: <https://rsf.org/pt>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SAKAMOTO, L. **Entrevista concedida a Daniela Ramos e Elizabeth Saad**. São Paulo, 2019.

SEABRA, C. Jornalismo, democracia e afetos: ódio, medo e ressentimento no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Rev. ComPolis**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 84-112, fev./mai. 2020.

SOUZA, J; AVELINO, R; SILVEIRA, S. A. (org.). **A sociedade de controle**: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2018.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 5-41, mai. 1997. DOI: 10.1590/ts.v9i1.86437. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86437>. Acesso em: 9 jul. 2022.